

SUMÁRIO

Prefácio	21
Apresentação	23

Capítulo I

Disposições gerais (arts. 1º a 5º)

Marcello Ovidio Lopes Guimarães, 27

1. Conceito de meio ambiente	29
2. Tutela penal do meio ambiente	31
2.1 Fundamento Constitucional	31
2.2 Bem Jurídico Tutelado	34
3. Artigo 1º (vetado)	35
4. Artigo 2º (participação comissiva e omissiva nos crimes)	37
5. Artigo 3º (responsabilidade da pessoa jurídica) e seu parágrafo único (responsabilidade da pessoa física)	40
6. Artigo 4º (desconsideração da pessoa jurídica)	46
7. Artigo 5º (vetado)	47
Bibliografia	48

Capítulo II

Da aplicação da pena – 1ª parte

Da aplicação da pena às pessoas físicas (arts. 6º a 20)

Ulisses Augusto Pascolatti Júnior, 49

1. Introdução	51
2. Notas sobre o sistema de aplicação da pena	51
3. Circunstâncias judiciais especiais	52
4. Penas restritivas de direito	53
5. Requisitos para a substituição	54
6. Espécie de restritivas de direito	55
7. Prestação de serviços à comunidade	56

8. Interdição temporária de direitos.....	59
9. Suspensão parcial ou total de atividades	61
10. Prestação pecuniária.....	61
11. Recolhimento domiciliar	63
12. Circunstâncias atenuantes específicas	64
13. Circunstâncias agravantes específicas.....	67
14. Suspensão condicional da pena.....	79
15. Espécies de <i>sursis</i>	80
16. Pena de multa	82
17. Perícia de constatação do dano ambiental	83
18. Sentença penal condenatória	84
Bibliografia	85

Capítulo III

Da aplicação da pena – 2ª parte

Da aplicação da pena às pessoas jurídicas (arts. 21 a 24)

Alamiro Velludo Salvador Netto, 87

1. Considerações gerais acerca da responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	89
2. A responsabilidade penal da pessoa jurídica na Lei 9.605/98	97
3. Da aplicação das penas às pessoas jurídicas.....	100
4. Referências bibliográficas.....	109

Capítulo IV

Da apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime (art. 25)

Cristiano Avila Maronna, 111

Capítulo V

Da ação e do processo penal (arts. 26 a 28)

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi, 121

Art. 26 – Vetado	123
1. Considerações gerais	123

2. Particularidades.....	125
3. Exceção	126
4. Competência.....	127
Art. 27	127
1. Considerações gerais	128
2. Conceito de crime ambiental de menor – potencial ofensivo....	131
3. O procedimento inerente à transação penal	132
4. Conceito de dano ambiental	132
5. A reparação do dano ambiental.....	133
6. Requisitos gerais para a transação penal.....	134
7. A reparação do dano ambiental como requisito específico para a formulação da proposta de transação penal	135
8. Conseqüências.....	138
9. Espécies de pena restritiva de direitos cabíveis e multa	140
Art. 28	140
1. Considerações gerais	141
2. Requisitos gerais	143
3. Requisitos específicos	144
4. Procedimento	145

Capítulo VI

Dos crimes contra o meio ambiente

Seção I – dos crimes contra a fauna (arts. 29 a 37)

Renato de Mello Jorge Silveira, 147

Capítulo VII

Dos crimes contra o meio ambiente

Seção II – Dos crimes contra a flora (arts. 38 a 53)

Luis Marcelo Mileo Theodoro, 179

Considerações gerais.....	181
Art. 38	182
1. Objetividade jurídica.....	182
2. Sujeitos do crime.....	183
3. Tipo penal.....	183

4. Objeto material.....	184
5. Elemento subjetivo.....	185
6. Consumação e tentativa.....	185
7. Penas e ação penal.....	186
8. Competência.....	186
Art. 39.....	187
1. Objetividade jurídica.....	187
2. Sujeitos do crime.....	187
3. Tipo penal.....	187
4. Objeto material.....	188
5. Elemento normativo.....	188
6. Elemento subjetivo.....	188
7. Consumação e tentativa.....	189
8. Penas e ação penal.....	189
9. Competência.....	189
Art. 40.....	190
1. Considerações Gerais.....	190
2. Objetividade jurídica.....	191
3. Sujeitos do crime.....	191
4. Tipo penal.....	192
5. Objeto material.....	192
6. Elemento subjetivo.....	195
7. Consumação e tentativa.....	195
8. Penas, causa de aumento de pena e ação penal.....	196
Art. 40-A- Vetado.....	196
1. Considerações gerais.....	197
2. Parágrafo 1º – Unidades de Conservação de Uso Sustentável... ..	198
3. Parágrafo 2º – Causa aumento de pena.....	203
4. Parágrafo 3º – Conduta culposa.....	203
Art. 41.....	203
1. Objetividade jurídica.....	203
2. Sujeitos do crime.....	204
3. Tipo penal.....	204
4. Objeto material.....	205
5. Elemento subjetivo.....	205
6. Consumação e tentativa.....	205
7. Penas, ação penal e competência.....	206

Art. 42	206
1. Objetividade jurídica.....	207
2. Sujeitos do crime.....	207
3. Tipo penal.....	208
4. Objeto material.....	208
5. Elemento subjetivo.....	208
6. Consumação e tentativa	209
7. Penas e ação penal.....	209
Art. 43 – Vetado	209
Art. 44	210
1. Objetividade jurídica.....	210
2. Sujeitos do crime.....	210
3. Tipo penal.....	211
4. Objeto material.....	211
5. Elemento subjetivo.....	211
6. Consumação e tentativa	212
7. Penas e ação penal.....	212
Art. 45	212
1. Objetividade jurídica.....	213
2. Sujeitos do crime.....	213
3. Tipo penal.....	213
4. Objeto material.....	214
5. Elemento subjetivo.....	214
6. Consumação e tentativa	214
7. Penas e ação penal.....	214
Art. 46	215
1. Objetividade jurídica.....	215
2. Sujeitos do crime.....	216
3. Tipo penal.....	216
4. Objeto material.....	216
5. Elemento normativo	217
6. Elemento subjetivo.....	217
7. Consumação e tentativa	218
8. Penas e ação penal.....	218
Art. 47 - Vetado	218
Art. 48	219
1. Objetividade jurídica.....	219

2. Sujeitos do crime.....	219
3. Tipo penal.....	219
4. Objeto material.....	220
5. Elemento subjetivo.....	220
6. Consumação e tentativa	220
7. Penas e ação penal.....	221
Art. 49	221
1. Objetividade jurídica.....	221
2. Sujeitos do crime.....	222
3. Tipo penal.....	222
4. Objeto material.....	223
5. Elemento subjetivo.....	223
6. Consumação e tentativa	223
7. Penas e ação penal.....	224
Art. 50	224
1. Objetividade jurídica.....	225
2. Sujeitos do crime.....	225
3. Tipo penal.....	225
4. Objeto material.....	226
5. Elemento subjetivo.....	226
6. Consumação e tentativa	227
7. Penas e ação penal.....	227
Art. 50-A	228
1. Objetividade jurídica.....	228
2. Sujeitos do crime.....	228
3. Tipo penal.....	229
4. Objeto material.....	229
5. Elemento subjetivo.....	230
6. Consumação e tentativa	230
7. Penas, ação penal e competência	231
Art. 51	231
1. Objetividade jurídica.....	231
2. Sujeitos do crime.....	232
3. Tipo penal.....	232
4. Objeto material.....	232
5. Elemento subjetivo	233
6. Consumação e tentativa	233

7. Penas e ação penal.....	233
Art. 52	234
1. Objetividade jurídica.....	234
2. Sujeitos do crime.....	234
3. Tipo penal.....	234
4. Objeto material.....	235
5. Elemento subjetivo	235
6. Consumação e tentativa	236
7. Penas, ação penal e competência	236
Art. 53	236
Bibliografia	239

Capítulo VIII

Dos crimes contra o meio ambiente

Seção III – Da poluição e outros crimes ambientais (arts. 54 a 61)

Eduardo Reale Ferrari & Helena Regina Lobo da Costa, 241

Art. 54	243
Bem jurídico	244
Os sujeitos do delito.....	246
Tipicidade objetiva e subjetiva	248
A licitude na esfera administrativa como excludente da antijuridicidade	255
Formas qualificadas.....	258
Breves notas sobre a não adoção de medidas exigidas pela autoridade competente.....	259
Art. 55	260
O bem jurídico-penal.....	260
Os sujeitos do delito.....	261
Tipicidade objetiva e subjetiva	261
Art. 56	262
O bem jurídico-penal.....	263
Os sujeitos do delito.....	263
Tipicidade objetiva e subjetiva	263
Art. 57 – Vetado	265
Art. 58	265
Art. 59 – Vetado	265

Art. 60	265
Bem jurídico	266
Os sujeitos do delito.....	266
Tipicidade.....	266
Art. 61	269

Capítulo IX

Dos crimes contra o meio ambiente

Seção iv – Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural (arts. 62 a 65)

Luciano Anderson de Souza, 271

Introdução	273
Art. 62	276
1. Considerações iniciais	276
2. Classificação.....	276
3. Objetividade jurídica.....	277
4. Tipo objetivo.....	277
5. Normal penal em branco.....	279
6. Tipo subjetivo	279
7. Sujeitos do delito.....	280
8. Consumação e tentativa	280
9. Concurso de agentes	280
10. Ação penal	280
11. Jurisprudência	282
Art. 63	283
1. Considerações iniciais	283
2. Classificação.....	284
3. Objetividade jurídica.....	284
4. Tipo objetivo.....	284
5. Tipo subjetivo	286
6. Sujeitos do delito.....	286
7. Consumação e tentativa	286
8. Princípio da insignificância	287
9. Ação penal	287
Art. 64	287

1. Considerações iniciais	288
2. Classificação	288
3. Objetividade jurídica	288
4. Tipo objetivo	289
5. Norma penal em branco	290
6. Tipo subjetivo	290
7. Sujeitos do delito	290
8. Consumação e tentativa	290
9. Ação penal	291
Art. 65	291
1. Considerações iniciais	291
2. Classificação	292
3. Objetividade jurídica	292
4. Tipo objetivo	293
5. Tipo subjetivo	293
6. Sujeitos do delito	294
7. Consumação e tentativa	294
8. Ação penal	294
9. Jurisprudência dos crimes contra o meio ambiente	295

Capítulo X

Dos crimes contra o meio ambiente

Seção V – Dos crimes contra a administração ambiental (arts. 66 a 69)

Davi de Paiva Costa Tangerino, 297

1. Considerações iniciais	299
2. Dos crimes em espécie	302
2.1. Bem jurídico	302
2.2. Penas	303
2.3. Tipicidade	306
2.3.1. Artigo 66	306
2.3.2. Artigo 67	310
2.3.3. Artigo 68	314
2.3.4. Artigo 69	316
3. Bibliografia	321

Capítulo XI
Da infração administrativa (arts. 70 a 76)
Geraldo Ferreira Lanfredi, 323

I. Abordagem histórica da problemática ambiental	328
a) Ordenações Afonsinas	329
b) Ordenações Manuelinas	330
c) Ordenações Filipinas	330
d) Período do Império.....	331
e) Período Republicano.....	332
f) O meio ambiente no âmbito da legislação ordinária.....	332
g) Execução da Política Ambiental pelos órgãos responsáveis.....	334
II – Conceituações preliminares da matéria sobre infrações administrativas ambientais	335
III. Exame específico das infrações administrativas	338
1. Definição da infração administrativa (LCA, art. 70)	338
2. A quem compete apurar a infração ambiental.....	340
2.1. Direito de petição	340
2.2. Apuração <i>ex officio</i>	341
2.3. Processo administrativo, ampla defesa e contraditório	341
3. Prazos no processo administrativo para apuração da infração ambiental (LCA, art. 71)	341
3.1. Regras para a apuração de infração ambiental.....	342
3.2. Auto de infração.....	343
3.3. Apresentação da defesa	343
3.4. Julgamento do Auto de Infração	343
3.5. Recurso da decisão condenatória.....	344
3.6. Pagamento de multa.....	345
4. Sanções por infrações administrativas ambientais (LCA, art. 72) ...	345
4.1. Advertência	347
4.2. Multa simples.....	347
4.3. Multa diária	348
4.4. Apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração, bem como destruição ou inutilização dos produtos.....	348
4.5. Suspensão de venda e fabricação de produto.....	349

4.6. Embargo de obra ou atividade	349
4.7. Demolição de obra	350
4.8. Suspensão parcial ou total das atividades	350
4.9. Sanções restritivas de direitos.....	350
4.10. Reparação dos danos causados	350
5. Destinação dos valores arrecadados para um fundo específico (LCA, art. 73)	350
6. Unidades de medida da multa (LCA, art. 74)	351
7. Valoração da multa (LCA, art. 75).....	351
8. Não se deve punir em duplicidade por uma mesma infração (LCA, art. 76).....	352

Capítulo XII

Da cooperação internacional para defesa do meio ambiente (arts. 77 e 78)

Antonio Rulli Júnior, 353

1. Introdução	356
2. Preservação do Meio Ambiente.....	357
3. O Princípio de Cooperação Internacional para a Proteção do Meio Ambiente	359
4. Responsabilidade e Reparação dos Danos Ambientais	363
5. Artigos 77 e 78 da Lei 9.605/98.....	366
6. Meio Ambiente e Cidadania	367
7. Conclusão	368
8. Bibliografia	369

Capítulo XIII

Disposições finais (arts. 79 a 82)

Nelson Lacava Filho, 371

1. Relevância penal	374
2. Legitimidade	376
Bibliografia	384